

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus* Ibirubá

**PROJETO BÁSICO**  
**PROCESSO Nº 23366.000230/2019-43**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 137/2019**  
**COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2019**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Aquisição de Máquina fotográfica e acessórios para o IFRS – *Campus* Ibirubá.  
1.2. Constitui Anexo a este Projeto Básico, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo II - Declaração de fatos impeditivos, não empregabilidade de menor e condições degradantes ou forçadas de trabalho;

Anexo III - Termo Sociedades Cooperativas;

Anexo IV - Declaração de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental.

Anexo V - Condições Gerais da Contratação - Portaria MPOG nº 306/2001

**2. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA**

O *Campus* Ibirubá realiza diversas atividades voltadas para o público externo, como projetos de extensão, palestras, cursos, oficinas, entre outros, a divulgação de tais eventos é fundamental para manter e fortalecer a relação da instituição com a comunidade na qual está inserida. O equipamento solicitado visa atender de forma básica a necessidade de fazer registros em imagem e vídeo para encaminhar para a imprensa local, bem como alimentar as redes institucionais, como o site oficial e a página do *campus* em redes sociais.

A câmera também será utilizada para registro de atividades internas, como a divulgação de projetos de pesquisa e ensino, nesse sentido, os registros servirão também para informação do público interno e externo a respeito das atividades que são realizadas no *campus*, servindo como forma de prestar contas à sociedade que investe na instituição. O registro de trabalhos internos poderá auxiliar também os estudantes, fazendo com que se sintam valorizados e incentivados dentro do IFRS por meio da divulgação local e regional de suas tarefas.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Ibirubá*

Desta forma, em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, caracteriza-se esta situação como essencial para as atividades deste órgão assim como demonstrado o interesse público nesta contratação.

**3. DA ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL E CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO**

Item	Descrição do objeto com especificações	Quantidade	Unidade	Valor estimado
1	MÁQUINA FOTOGRÁFICA DSLR Sensor CMOS 24.2 Megapixels (APS-C), - ISO 100-12800 (expansível até H: 25600); Processador de Imagem DIGIC 6; Wifi e NFC embutidos; AF CMOS Híbrido III; Tela Tipo LCD TFT colorido touch (tipo capacitivo) de 3.0" (formato 3:2) 7,7cm diagonal (6,37 cm x 4,25 cm) Pixels: Aprox. 1.040.000 pontos; Cobertura: Aprox. 100%; Controle de Brilho: Ajustável - sete níveis; Revestimento antimanchas LCD articulável touch de 3.0 polegadas (cerca de 1.040.000 pontos); Disparos contínuos de alta velocidade de até 5.0 fps; Sistema de AF com 19 pontos do tipo cruzado. Dimensões (LxAxP): Aprox. 131,9 x 100,9 x 77,8 mm; Peso: Aprox. 555g (padrão CIPA); Aprox. 510g (somente corpo). Idiomas da Interface: inglês ou português. Entrada para microfone conector P2, kit c/ Lentes 18-55mm + 55-250mm. REFERÊNCIA: DSLR Canon T6i.	01	Unidade	R\$ 3.449,94
2	Bolsa para transporte de câmera profissional e acessórios (lentes, carregador, bateria e cartão de memória), com fechos e alça para transporte. Interior acolchoado em espuma com divisórias removíveis. Dimensões aproximadas (LxAxP): 20,3 x 19 x 25,4 cm.	01	Unidade	R\$ 117,56
3	TRIPÉ PARA FILMADORA - tripé para filmadora ou câmera fotográfica; material: alumínio, altura máxima até 1,80 m, peso: 1,90 kg, capacidade: 4 kg, características	01	Unidade	R\$ 198,00

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus* Ibirubá

	adicionais: bolsa para transporte, movimento 3 eixos, bolha de nível.			
--	---	--	--	--

#### 4. DO LOCAL DE EXECUÇÃO

O bem será utilizado nas atividades do setor de áudio-visual do IFRS – *Campus* Ibirubá.

#### 5. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas dos serviços desta Dispensa de Licitação correrão às custas deste IFRS – *Campus* Ibirubá. PTRES 108854. Natureza de despesa 449052-33. Fonte 8100000000. PI U20RLP0116R.

#### 6. DA PARTICIPAÇÃO, JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Uma vez que o fornecedor tenha conhecimento deste Projeto Básico, estará apto a elaborar Proposta Comercial (modelo **Anexo I**) de acordo com as especificações dos itens contidas no **item 3** deste documento.

6.2. As condições de participação da Cotação Eletrônica se encontram dispostas nos itens 2, 3 e 4 do **Anexo V**.

6.2.1. O credenciamento que se refere o subitem 1. do item 2. do **Anexo V**, diz respeito ao credenciamento no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), cadastro este necessário para que o fornecedor possa realizar o acesso a esta cotação eletrônica.

6.3. Eventuais negociações serão realizadas por e-mail.

6.4. Esta Dispensa de Licitação será destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, Art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

6.4.1. A exclusividade supramencionada poderá ser afastada caso ocorra uma das exceções previstas no Art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, quando se dará preferência a fornecedores do tipo Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *Campus* Ibirubá

Coordenadoria de Licitações e Contratos

Rua Nelsi Ribas Fritsch, 1111 | Bairro Esperança | Ibirubá/RS | CEP: 98200-000

Fone: (054) 3324-8141 | [www.ibiruba.ifrs.edu.br](http://www.ibiruba.ifrs.edu.br) | [licitacao@ibiruba.ifrs.edu.br](mailto:licitacao@ibiruba.ifrs.edu.br)

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus* Ibirubá

até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

6.4.2. Nos casos em que esta Administração não lograr êxito em obter propostas comerciais de fornecedores do tipo Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou sociedades cooperativas, como mencionado anteriormente, será declarado vencedor o fornecedor que apresentar a proposta comercial de menor valor, independente do tipo empresarial.

6.5. O fornecedor participante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.

6.6. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta comercial implica submissão a todas as condições estipuladas neste Projeto Básico, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas neste.

6.7. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos referentes ao objeto desta Dispensa de Licitação tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.

6.8. Propostas contendo valor simbólico ou irrisório, de valor zero, excessivo ou manifestamente inexequível não serão admitidas.

6.9. O prazo de validade das propostas será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da sua apresentação.

6.10. O fornecedor deverá preencher todos os campos do **Anexo I** – Modelo de Proposta Comercial, inclusive com assinatura do representante e carimbo da empresa ao seu final.

6.11. Não serão aceitas especificações e/ou produtos diferentes dos descritos no **item 3**.

6.12. As propostas comerciais poderão ser enviadas ou entregues pessoalmente no endereço disposto na tabela do **item 8.4**, ou pelo endereço eletrônico [licitacao@ibiruba.ifrs.edu.br](mailto:licitacao@ibiruba.ifrs.edu.br), no prazo de até 02 (duas) horas a partir da solicitação realizada pela Administração.

6.12.1. Quando da entrega pessoal, esta deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h30 e das 13h30 às 17h, na Coordenadoria de Licitações e Contratos do IFRS – *Campus* Ibirubá.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus* Ibirubá

## 7. HABILITAÇÃO

7.1. Posteriormente à análise das Propostas Comerciais, será verificada a Habilitação do fornecedor que obteve a proposta vencedora para cada item.

7.2. Para tal será consultada “on-line” a regularidade do fornecedor nos sítios oficiais emissores de certidões, perante os seguintes requisitos:

7.2.1. Regularidade Fiscal Federal:

A) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

(<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NI/CertidaoSegVia.asp?Tipo=1>);

B) Certidão de regularidade junto ao FGTS (<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>)

7.2.2. Regularidade Trabalhista:

A) Certidão Negativa de Débitos trabalhistas (CNDT) (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

B) Declaração de fatos impeditivos, não empregabilidade de menor e condições degradantes ou forçadas de trabalho – Anexo II.

7.2.3. Ainda serão consultados, para verificação de que o fornecedor não possui impedimento de contratação com a Administração Pública, os seguintes sítios eletrônicos:

A) Certidão Negativa CNJ (<http://www.cnj.gov.br>);

B) Certidão Negativa CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);

C) Lista de inidôneos do TCU (<http://portal2.tcu.gov.br>);

D) Consulta ao Cadin (Inciso III do Art. 6º da Lei nº 10.520/2002 e STF, ADI nº 1454/DF).

7.3. Ainda nesta fase, deverá o licitante apresentar comprovação de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo (Anexo IV) deste Projeto Básico.

7.4. Caso a empresa participante se enquadre como Cooperativa, deverá enviar o Anexo III devidamente preenchido, como forma de comprovar sua receita bruta no ano-calendário anterior, aos moldes dos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº 11.488/2007.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus* Ibirubá

7.5. Caso esta Administração não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o fornecedor será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, no e-mail [licitacao@ibiruba.ifrs.edu.br](mailto:licitacao@ibiruba.ifrs.edu.br), documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Projeto Básico, sob pena de inabilitação, ressalvados o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal dos fornecedores qualificados como ME ou EPP, conforme o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006. Para este último será dado prazo de até 05 (cinco) dias úteis para regularização.

7.6. Habilitados os fornecedores e não havendo impeditivos, a Dispensa de Licitação será homologada com extrato publicado no site do IFRS – *Campus* Ibirubá ([www.ibiruba.ifrs.edu.br](http://www.ibiruba.ifrs.edu.br)).

7.6.1. O extrato publicado será enviado para o e-mail dos fornecedores participantes que o informaram na Proposta Comercial, como forma de atender ao Princípio Constitucional da Publicidade.

## 8. DO FORNECIMENTO DO MATERIAL E DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8.1. O fornecedor homologado será convocado em até 05 (cinco) dias úteis da data de homologação, por meio de Nota de Empenho.

8.2. O prazo de entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias.

8.3. A empresa será responsável pelo atendimento de todas as legislações trabalhistas e de segurança do trabalho, entre outras que preconizam sobre a atividade a ser realizada.

8.4. O item objeto desta Dispensa de Licitação será entregue, acompanhado, recebido e conferido pelo responsável, conforme tabela a seguir:

UNIDADE / CNPJ	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL
Órgão Gerenciador: IFRS - <i>Campus</i> Ibirubá CNPJ: 10.637.926/0012-07	Rua Nelsi Ribas Fritsch, 1111 Bairro: Esperança CEP: 98.200-000 Ibirubá/RS	Nome: Julia Caroline Goulart Blank Telefone: (54) 3324-8108 e-mail: <a href="mailto:julia.blank@ibiruba.ifrs.edu.br">julia.blank@ibiruba.ifrs.edu.br</a>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Ibirubá*

**9. DA GARANTIA:**

O prazo para exercício de direito de garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir da data de recebimento definitivo do objeto para equipamentos e 03 (três) meses, contados da data de término, para o serviço executado.

**10. DA SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇOS EM DESACORDO COM O SOLICITADO**

10.1. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com a descrição do item disposto neste Projeto Básico.

10.2. Se a qualidade dos produtos/serviços entregues não corresponder às especificações exigidas neste Projeto Básico, os mesmos deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

10.3. Os custos da substituição dos produtos/serviços rejeitados correrão exclusivamente à conta da Contratada. Todos os itens de que trata esta dispensa de licitação deverão obedecer às especificações constantes neste Projeto Básico e seus Anexos.

**11. DO PAGAMENTO**

11.1. O prazo de pagamento se dará em conformidade com o item 11 do **Anexo V**.

11.2. O fornecedor detentor da proposta vencedora deverá emitir nota fiscal para viabilizar o pagamento, esta que deverá acompanhar o bem no ato da entrega.

11.3. Antes do pagamento será realizada consulta “*online*” aos sítios oficiais emissores das certidões referentes aos critérios de habilitação visando apurar a regularidade da situação do fornecedor e para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.4. Caso seja constatada irregularidade da situação fiscal federal ou CNDT, o pagamento não será suspenso, mas a contratada será notificada para providenciar a regularização no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

11.5. Qualquer erro no documento fiscal competente, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, será motivo de correção pela Contratada, gerando a suspensão do prazo de pagamento até que seja definitivamente regularizada a situação, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o IFRS.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus* Ibirubá

11.6. Caso o vencimento da Nota Fiscal recaia em final de semana, feriado ou em dia que não haja expediente no IFRS, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

## **12. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS POR INADIMPLEMENTO**

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- I. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- II. Apresentar documentação falsa;
- III. Comportar-se de modo inidôneo;
- IV. Cometer fraude fiscal;
- V. Descumprir qualquer dos deveres elencados neste Projeto Básico.

12.2. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I. Advertência – por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
- II. Multa – que se encontram melhor discriminadas no item 8 do **Anexo V** deste Projeto Básico.
- III. Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com o IFRS, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- I. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Ibirubá*

III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

12.6. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na Lei nº 8.666/1993.

12.7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, deverá ser cobrado o valor complementar. A multa não paga será cobrada administrativamente e/ou judicialmente, com a inscrição na Dívida Ativa da União.

### **13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente processo enquadra-se como dispensa de licitação, uma vez que o valor total contratado fundamenta-se no Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/1993.

Ibirubá – RS, 06 de agosto de 2019.

Responsáveis pela elaboração do Projeto Básico:

Camila Lino Pereira  
Assistente em Administração  
SIAPE:3136505

Felipe Iop Capeleto  
Técnico em Audiovisual  
SIAPE: 3042375

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Ibirubá*

**Despacho:** Aprovo o presente Projeto Básico com seus direitos e deveres pelas partes e autorizo a realização da Dispensa de Licitação nº 137/2019. Encaminha-se para prosseguimento.

Ibirubá – RS, 06 de agosto de 2019.

Sandra Rejane Zorzo Peringer  
Diretora-geral substituta  
Portaria nº 047/2015

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus* Ibirubá

**ANEXO I**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Informações:**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Responsável legal: \_\_\_\_\_

Dados Bancários:

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

**OBJETO: Dispensa de Licitação nº 137/2019 – Aquisição de câmera fotográfica e acessórios para o IFRS – *Campus* Ibirubá.**

Item	Descrição do objeto com especificações	Quantidade	Unidade	Valor Unitário
1	MÁQUINA FOTOGRÁFICA DSLR Sensor CMOS 24.2 Megapixels (APS-C), - ISO 100-12800 (expansível até H: 25600); Processador de Imagem DIGIC 6; Wifi e NFC embutidos; AF CMOS Híbrido III; Tela Tipo LCD TFT colorido touch (tipo capacitivo) de 3.0´ (formato 3:2) 7,7cm diagonal (6,37 cm x 4,25 cm) Pixels: Aprox. 1.040.000 pontos; Cobertura: Aprox. 100%; Controle de Brilho: Ajustável - sete níveis; Revestimento antimanchas LCD articulável touch de 3.0 polegadas (cerca de 1.040.000 pontos); Disparos contínuos de alta velocidade de até 5.0 fps; Sistema de AF com 19 pontos do tipo cruzado. Dimensões (LxAxP): Aprox. 131,9 x 100,9 x 77,8 mm; Peso: Aprox. 555g (padrão CIPA); Aprox. 510g (somente corpo). Idiomas da	01	Unidade	

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus* Ibirubá

	Interface: inglês ou português. Entrada para microfone conector P2, kit c/ Lentes 18-55mm + 55-250mm. REFERÊNCIA: DSLR Canon T6i.			
2	Bolsa para transporte de câmera profissional e acessórios (lentes, carregador, bateria e cartão de memória), com fechos e alça para transporte. Interior acolchoado em espuma com divisórias removíveis. Dimensões aproximadas (LxAxP): 20,3 x 19 x 25,4 cm.	01	Unidade	
3	TRIPÉ PARA FILMADORA - tripé para filmadora ou câmera fotográfica; material: alumínio, altura máxima até 1,80 m, peso: 1,90 kg, capacidade: 4 kg, características adicionais: bolsa para transporte, movimento 3 eixos, bolha de nível.	01	Unidade	

\*Quaisquer custos oriundos da contratação (impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, etc) deverão estar inseridos nos valores dos itens. Informações gerais e complementares em relação à execução do serviço encontram-se dispostas no Projeto Básico.

**Validade da Proposta:** \_\_\_\_\_ (mínimo 60 dias).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

Nome do Responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável: \_\_\_\_\_

Carimbo da Empresa

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Ibirubá*

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS, NÃO EMPREGABILIDADE DE MENOR E**  
**CONDIÇÕES DEGRADANTES OU FORÇADAS DE TRABALHO**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, (nº do CNPJ ou CIC)  
\_\_\_\_\_, sediada (endereço completo)  
\_\_\_\_\_, por intermédio do  
seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_,  
portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº  
\_\_\_\_\_, firmado abaixo, declara sob as penas da lei, para fins de  
participação na dispensa de licitação que:

a) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) para fins do disposto no inciso V, art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

( ) Sim ( ) Não

c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalhos degradantes ou forçados.

(Local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável e Carimbo da Empresa

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Ibirubá

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO SOCIEDADES COOPERATIVAS**

(Elaborado em atendimento à Lei nº 11.488/2007 e Lei Complementar nº 123/2006)

Tendo em vista o art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

Assim sendo, eu, (nome do representante legal da sociedade cooperativa), portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal da (nome da Sociedade Cooperativa), de CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da sede da Sociedade Cooperativa), declaro que a presente sociedade, auferiu, no ano-calendário anterior, receita bruta de, R\$ \_\_\_\_\_ (valor superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)).

(Local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019. (data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura

*(Representante Legal da Sociedade Cooperativa e carimbo)*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Ibirubá*

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**  
**SÓCIOAMBIENTAL**

Para fins de participação na Dispensa de Licitação, a empresa (NOME COMPLETO DA PROPONENTE)....., CNPJ nº....., sediado(a).....(ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, sob as penas da Lei, notadamente o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação no Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 137/2019, conforme previsão no art. 5º da IN/SLTI/MPOG 01/2010, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente e demais legislações pertinentes.

Local, data

Assinatura :

Nome do Representante Legal da Empresa:

CPF:

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Ibirubá*

**ANEXO V**

**CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO – COTAÇÃO ELETRÔNICA – PORT. MPOG Nº  
306/2001**

1. Fundamento Legal
  1. As contratações realizadas pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços enquadram-se, como dispensa de licitação, por limite de valor, nos termos do inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993.
2. Condições de Participação
  1. Poderão participar de cotações eletrônicas de preços, os fornecedores que solicitarem seu credenciamento prévio junto ao Órgão Promotor da Cotação Eletrônica.
  2. É vedada a participação de consórcios e de empresas impedidas de licitar e/ou contratar com o Órgão Promotor da Cotação Eletrônica ou com a Administração Pública, na forma estabelecida em lei.
3. Envio de Propostas e Lances
  1. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio eletrônico, pela Internet, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, vedada sua remessa em papel.
4. Cotação Eletrônica
  1. A cotação eletrônica será conduzida no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), em data, horário e condições estabelecidos no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, de acordo com as "Instruções Gerais e Procedimentos para Utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços" e com as demais normas contidas neste documento.
  2. Para participar da cotação eletrônica, o fornecedor deverá digitar seu CNPJ e senha de acesso ao Sistema e assinalar, em campo próprio, a inexistência de fato impeditivo para licitar e/ou contratar com o Órgão Promotor da Cotação Eletrônica, ou com toda a Administração Pública, e o pleno conhecimento e aceitação das regras de que trata o subitem anterior.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Ibirubá*

3. A cotação de preços, bem como os lances subsequentes deverão ser registrados, em reais, para a quantidade total de cada item, com validade de 30 (trinta) dias.
4. Será considerado vencedor da cotação eletrônica aquele que apresentar, durante o período da cotação, o lance de menor valor sendo-lhe adjudicado o objeto, desde que atenda as respectivas especificações.
5. O Órgão Contratante poderá anular ou cancelar a cotação eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.
5. **Contratação**
  1. As contratações oriundas das cotações eletrônicas serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho que será comunicada ao adjudicatário.
  2. As obrigações recíprocas entre a Contratada e o Órgão Contratante correspondem ao estabelecido nas presentes Condições Gerais da Contratação e no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços.
  3. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
  4. A eventual rescisão do ajuste se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/1993, não cabendo, à Contratada, direito a qualquer indenização.
6. **Local de Entrega**
  1. Os bens deverão ser entregues no endereço indicado no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços.
7. **Prazo Máximo de Entrega**
  1. A entrega dos objetos deverá ser feita nos prazos indicados no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, contados a partir da notificação de adjudicação informando a emissão da Nota de Empenho correspondente.
8. **Sanções para o Caso de Inadimplemento**
  1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus* Ibirubá

- a. pelo atraso na entrega do equipamento e acessórios em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do equipamento e acessórios não entregues, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do equipamento e acessórios;
  - b. pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do equipamento e acessórios, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do equipamento e acessórios;
  - c. pela demora em substituir o equipamento e acessórios rejeitados, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do equipamento e acessórios recusados, por dia decorrido;
  - d. pela recusa da Contratada em substituir o equipamento e acessórios rejeitados, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do equipamento e acessórios rejeitados;
  - e. pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
2. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
  3. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
  4. O Órgão Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.
9. Condições de Recebimento do Objeto
1. A entrega do bem deverá ser atestada pelo Órgão Contratante, que aferirá a sua conformidade com as especificações constantes do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços.
  2. O servidor designado para acompanhar a entrega do objeto formalizará o seu recebimento na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da data da entrega do objeto, pela Contratada.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Ibirubá*

3. A Contratada se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição do equipamento e acessórios rejeitados, se estes apresentarem defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, independentemente do que for rejeitado.
10. Faturamento
  1. A nota fiscal, e/ou fatura, deverá se emitida em nome do Órgão Contratante.
11. Prazo para Pagamento
  1. O pagamento do objeto ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis contados da entrega da nota fiscal ou fatura e conseqüente formalização do recebimento do objeto, mediante crédito em conta corrente.
12. Informações e Casos Omissos
  1. Informações poderão ser obtidas no Órgão Contratante, a partir da divulgação do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, sendo resolvidos, os casos omissos, pelo Departamento de Logística e Serviços Gerais – DLSG/SLTI/MP, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
13. Foro
  1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste procedimento e da contratação dele originada, será competente o Foro do município onde esteja localizado o Órgão Contratante